



**CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Ceas-CE**

Rua Nunes Valente, 2138 – Dionísio Torres – - Fortaleza – Ceará

Fone: (85) 3101-3007

Fone/ Fax: (85) 3101-1562

CEP: 60.125-071

[ceas.ce@hotmail.com](mailto:ceas.ce@hotmail.com)

[www.ceas.ce.gov.br](http://www.ceas.ce.gov.br)

00100 138079/2018- 50  
02010203 (2/501E)

OFÍCIO Nº 086/2018

Fortaleza/CE, 09 de outubro de 2018

Exmº Sr.

Eunício Oliveira

Presidente do Senado Federal

Praça dos Três Poderes - Brasília DF -

CEP: 70165-900 - Brasília, DF

Junte-se ao processado do

PEC

nº 14, de 2018.

22 OUT 2018

Em 22 / 11 / 18

*Paulo Raimundo*  
Paulo Raimundo

**ASSUNTO: Encaminhamento da Nota de Repúdio do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado do Ceará - Ceas-CE**

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente V. Ex<sup>a</sup>., em nome da Presidência deste Conselho, vimos encaminhar para conhecimento dessa Casa, a Nota de Repúdio do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado do Ceará - Ceas-CE sobre a Emenda Constitucional nº 95 e os impactos nos cortes orçamentários e financeiros. Nesse sentido, solicitamos as autoridades nacionais responsáveis que envidem esforços para a recomposição da dotação orçamentária de 2018 e do aumento dos valores constantes na proposta orçamentária para o exercício de 2019 conforme a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS nº 16, de 11 de julho de 2018.

Solicitamos ainda das autoridades estaduais e municipais articulem medidas e providências para o incremento do orçamento da política de assistência social, em cada esfera de governo.

Atenciosamente,

*Célia Maria de Souza Melo Lima*  
Célia Maria de Souza Melo Lima  
Presidente do Ceas-CE





**CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – Ceas – CE**  
Endereço Rua Nunes Valente, 2138 - Dionísio Torres - Fortaleza – Ceará  
CEP: 60.125-071 Fones (85) 3101-1562 / 3101-3007  
E-mail: [ceas.ce@hotmail.com](mailto:ceas.ce@hotmail.com) / [www.ceas.ce.gov.br](http://www.ceas.ce.gov.br)

## NOTA DE REPÚDIO

Os Conselheiros do Conselho Estadual de Assistência Social presentes em reunião ordinária realizada no dia 04 de outubro de 2018, vem manifestar por meio desta Nota de Repúdio ,

**CONSIDERANDO** a Lei de Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social – Lei Orgânica de Assistência Social (Loas);

**CONSIDERANDO** o artigo 46 da NOB/SUAS – 2012 estabelece que “o orçamento é instrumento da administração pública indispensável para a gestão da política de assistência social e expressa o planejamento financeiro das funções de gestão e da prestação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais à população”;

**CONSIDERANDO** o § VIII do artigo 121 da NOB/SUAS – 2012, que no planejamento das ações dos Conselhos de assistência social devem ser observada a seguinte atribuição precípua: participar da elaboração e aprovar as propostas de Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual no que se refere à assistência social, bem como o planejamento e a aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social, nas suas respectivas esferas de governo, tanto os recursos próprios quanto os oriundos de outros entes federativos, alocados nos respectivos fundo de assistência social ;

**CONSIDERANDO** que a dotação orçamentária de 2018 é insuficiente para as despesas dos serviços, programas e aprimoramento da gestão da política de assistência social no país;

**CONSIDERANDO** que a proposta orçamentária para a assistência social para o exercício de 2019, a qual, nos moldes do orçamento de 2018, se mostra insuficiente para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social – Suas no país;

**CONSIDERANDO** as implicações da importância da recomposição orçamentária referente ao exercício de 2018 e da proposta de orçamento para o exercício de 2019;

**CONSIDERANDO** que, o corte orçamentário para o exercício financeiro de 2019 trará impacto sobre as mais de 30 milhões de famílias referenciadas nos mais de 8 mil Centros de Referência de Assistência Social e Centros Especializados de Assistência Social; as mais de 70 mil pessoas acolhidas e protegidas por uma rede estatal e das organizações da sociedade civil de assistência social, que atendem crianças e adolescentes em riscos pessoal e social por violação de direitos, pessoas idosas e com deficiência, mulheres em





situação de violência, população LGBT, adolescentes em conflito com a lei, população em situação de rua, migrantes e famílias;

**CONSIDERANDO** que mais de 600 mil trabalhadores/as do Suas atuando na rede de serviços, programas, projetos e benefícios serão afetados diretamente pela descontinuidade no pagamento salarial, e que este Conselho,

Diante do exposto, repudiamos a Emenda Constitucional nº 95 e os impactos nos cortes orçamentários e financeiros. Nesse sentido, solicitamos as autoridades nacionais responsáveis que envidem esforços para a recomposição da dotação orçamentária de 2018 e do aumento dos valores constantes na proposta orçamentária para o exercício de 2019 conforme a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS nº 16, de 11 de julho de 2018.

As autoridades estaduais e municipais articulem medidas e providências para o incremento do orçamento da política de assistência social, em cada esfera de governo.

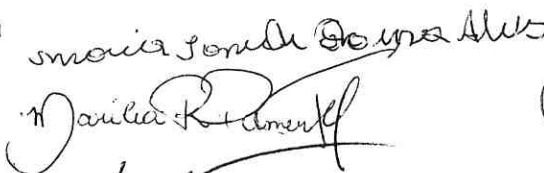
Fortaleza/ CE, 04 de outubro de 2018

  
**Célia Maria de Souza Melo Lima**  
Presidente do Ceas-CE

  
Isara Costa

  
Rozelange de Lima Brito

  
Ríndia Maia de Almeida

  
Maria José de Souza Alves

  
Jaela R. Amorim

  
[illegible]

  
[illegible]

  
[illegible]



Brasília, 20 de novembro de 2018.

Senhora Célia Maria de Souza Melo Lima, Presidente do  
Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/CE,

Acuso recebimento, nesta Secretaria-Geral da Mesa, do  
Ofício Nº 086/2018, de Vossa Senhoria, encaminhado pela Presidência do  
Senado Federal. Cabe-nos informar que sua manifestação foi remetida  
para juntada à Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2018, que  
*“Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir, dos  
limites instituídos para as despesas primárias, as despesas das áreas de  
Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia, Assistência Social, Saneamento,  
Gestão Ambiental e Segurança Pública.”*.

Para consulta, a matéria encontra-se disponível em:  
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/134224>.

Atenciosamente,

  
*Luiz Fernando Bandeira de Mello*  
*Secretário-Geral da Mesa*

